



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Processo Administrativo nº 1660/2024

Assunto: Compra de material - xícaras, copos e jarra de vidro para Escola Judicial - CD 109/2024

RICARDO ANTONIO ELY
03/04/2024 16:57

SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART
05/04/2024 11:31

JOAO HENRIQUE CARVALHO D LIMA RIBAS
06/04/2024 12:05

REJANE CARVALHO DONIS
08/04/2024 14:49

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
09/04/2024 09:47

INFORMAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO

1 - Processo administrativo / número da compra:

PA – 1660/2024
CD – 109/2024

2 - Unidade demandante/requisitante:

Escola Judicial (Ejud4) / Coordenadoria de Material e Logística (CLOG)

3 - Empresa/Profissional a ser contratada/o:

Comercial Porcelanas e Talheres Knetig Ltda.

4 - Assunto / Objeto:

Aquisição de xícaras de cafezinho com pires (30), copos de vidro de 320 mL (24) e uma jarra de vidro com tampa de 1500 mL para atender ao público frequente das diversas reuniões institucionais da Ejud4.

5 - Previsão no Plano Anual de Contratações:

A demanda está prevista no Plano de Gestão de Contratações – PGC?
(X) Sim: ID da Demanda nº SA-43/2024.

6 - Justificativa sobre a necessidade da contratação:

Conforme o Documento de Formalização da Demanda das fls. 03-04.

7 - Justificativa sobre a quantidade da contratação:

Conforme o Documento de Formalização da Demanda das fls. 03-04.

8 – Valor da contratação:

R\$ 587,70.
Comprovação do valor de mercado conforme quadro comparativo de preços (fl. 53) e estimativa do valor da contratação elaborada pela unidade requisitante juntada nas fls. 48-49.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 1660/2024

Assunto: Compra de material - xícaras, copos e jarra de vidro para Escola Judicial - CD 109/2024

9 - Fundamentação legal:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalta-se que a Lei 14.133/2021 previu a necessidade de atualização dos valores constantes na nova lei, a cada 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo.

Desta forma, o Decreto nº 11.871/2023 atualizou os limites de valores para dispensa de licitação, a contar de 01/01/2024, que passou a ser de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) para as aquisições fundamentadas no inciso II, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

10 - Da dispensa eletrônica:

Não foi realizada a dispensa eletrônica, diante da exceção prevista no art. 57 da Portaria TRT4 nº 1.737/2023 e solicitação da unidade requisitante (fl. 48).

11 - Dos pressupostos e demais esclarecimentos/observações:

Contratada cadastrada no SICAF: fl. 55.

Regularidade fiscal fls. 43 e 54-56.

Ressalta-se que a presente aquisição se enquadra na hipótese prevista no artigo 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Desta forma, por analogia, verificou-se somente a regularidade estabelecida no artigo 20 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, conforme apontamento da Assessoria Jurídica da Presidência deste Tribunal nos documentos das fls. 70-89 do Proad nº 4779/2022:

Para contratações para **entregas imediatas (prazo de até 30 dias)**, contratações com **valores inferiores a 1/4 do limite para dispensa de licitação para compras em geral** (abaixo de R\$ **14.976,50** - artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e nas contratações de **produto para pesquisa e desenvolvimento** (alínea “c” do inciso IV do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021) –, para as quais **somente poderão ser exigidas as seguintes condições de habilitação:**

➤ **Pessoas jurídicas** : comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista.

12 - Da forma de pagamento:

O pagamento será realizado após o recebimento definitivo do objeto.

13 - Do parecer da Assessoria Jurídica da Presidência:

O parecer jurídico fica dispensável na presente contratação, conforme § 1º do art. 51 da





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 1660/2024
Assunto: Compra de material - xícaras, copos e jarra de vidro para Escola Judicial - CD 109/2024

Portaria TRT4 nº 1.737/2023:
§ 1º *É dispensável a elaboração de parecer jurídico nas seguintes hipóteses:*
I – contratações realizadas mediante dispensa de licitação em razão do valor, previstas nos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021;

14 - Conclusão:

Diante do exposto, submete-se à consideração da Coordenadoria de Licitações e Contratos a possibilidade de contratação do objeto descrito no relatório de adjudicação adiante mediante dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente
RICARDO ANTÔNIO ELY
Divisão de Compras Diretas

RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO

Aquisição Nro.: 109/24 - Dispensa de Licitação

Nº	Quant.	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
Fornecedor: COMERCIAL PORCELANAS E TALHERES KNETIG LTDA. CNPJ: 92.740.687/0001-10					
1	30	CONJUNTO	Xícara com pires de porcelana, na cor branca para cafezinho. Marca: XICARA CAFE C/PIRES - BRASILIA SEGUNDA - GERMER-41493078.	13,80	414,00
2	24	PEÇA	Classificação: 3390302101 Copo de vidro, com aproximadamente 320 ml de capacidade. Marca: COPO BROOKLYN LD-NADIR-J256.	6,00	144,00
3	1	PEÇA	Classificação: 3390302101 Jarra de vidro para água ou suco, com tampa e com capacidade de aproximadamente 1500ml. Marca: JARRA VIDRO CONICA 1,5L C/TAMPA-GP INOXGP166. Classificação: 3390302101	29,70	29,70
Total do fornecedor					587,70
Total Geral					587,70





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Processo Administrativo nº 1660/2024

Assunto: Compra de material - xícaras, copos e jarra de vidro para Escola Judicial - CD 109/2024

CLC

à SA

De acordo. Todavia, submete-se à aprovação superior.

Documento assinado digitalmente

SIMONE PEREIRA JUSTINO GOULART
Coordenadora de Licitações e Contratos

SA/OD

à DG

Aprova-se a contratação e tendo em vista que, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), o demonstrativo de impacto orçamentário comprova a existência de disponibilidade de recursos e a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, AUTORIZA-SE a despesa proposta e a consequente emissão da(s) nota(s) de empenho.

Todavia, submete-se à consideração da Diretoria-Geral e da Presidência.

Documento assinado digitalmente

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Diretor da Secretaria de Administração
Ordenador de Despesas

DG

ao GP

De acordo. Todavia, em cumprimento ao disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, submete-se à consideração superior.

Documento assinado digitalmente

REJANE CARVALHO DONIS
Diretora-Geral





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Administrativo nº 1660/2024

Assunto: Compra de material - xícaras, copos e jarra de vidro para Escola Judicial - CD 109/2024

GP
à CLC

APROVA-SE a aquisição/contratação do objeto descrito no relatório de adjudicação, mediante dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Determina-se que seja emitida a nota de empenho pertinente à contratação do objeto.

Após, à Coordenadoria de Licitações e Contratos para a prática dos atos subsequentes e à Secretaria de Orçamento e Finanças para emissão da Nota de Empenho.

Documento assinado digitalmente
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
Presidente do TRT da 4ª Região

